

DJANIRA MARIA RADAMÉS DE SÁ
MESTRA E DOUTORA PELA PUCSP.
PROFESSORA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL
MEMBRO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL.

**A ATIVIDADE RECURSAL CIVIL NA REFORMA DO PODER
JUDICIÁRIO**

Editora Pilares

São Paulo - SP 2006

Sá, Djanira Maria Radamés de

A atividade recursal civil na reforma do poder judiciário / Djanira
Maria Radamés de Sá. --
São Paulo : Editora Pillares, 2006.

Bibliografia.

1. Impugnação - Brasil 2. Poder judiciário -Brasil 3. Processo civil -
Brasil 4. Recursos.
(Direito) - Brasil.

05-7327

CDU-347.955 : 342.56.001.73 (81)

SUMÁRIO

1. Introdução 11

2.	Atividade Recursal	15
2.1.	Imprescindibilidade da Existência de Meios de Impugnação das Decisões judiciais	15
2.2	O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	20
2.3	Natureza Jurídica da Impugnação	25
2.4	Atos Judiciais Impugnáveis	27
2.5.	Limites à Impugnação	28
2.6.	Escoço Histórico da Atividade Recursal	34
	2.6.1. Panorama Mundial	34
	2.6.2. Brasil	39
	2.6.2.1. As Ordenações do Reino	40
	2.6.2.2. O Regulamento 737	51
	2.6.2.3. Os Códigos de Processo Civil dos Estados	53
	2.6.2.4. O Código de Processo Civil de 1939	55

3. O Sistema Recursal no Processo Civil Brasileiro 59

3.1.	Concepção Sistemática dos Meios de Impugnação	59
3.2.	A Existência de Mecanismos Restritivos da Atividade Recursal	62
3.2.1.	Os Assentos	62
3.2.2.	A Alçada	63
3.2.3.	A Irrecorribilidade de Certas Interlocutórias	66
3.2.4.	Os Poderes Conferidos ao Relator	66
3.2.5.	A Avocatória e seus Sucedâneos	68
3.2.6.	A Argüição de Relevância	73
3.2.7.	As Súmulas 400 do STF e 203 do STJ	77
3.2.8.	O Preparo	79

4. A Reforma do Poder Judiciário Brasileiro 85

4.1.	Motivações e Cronologia da Reforma	85
------	------------------------------------	----

4.2. Conteúdo das Propostas	94
5. A Criação de Mecanismos Inibitórios da Atividade Recursal Civil na Reforma do Poder Judiciário	117
5.1. Repercussão Geral	122
5.2. Súmula Vinculante	134
5.3. Súmula Impeditiva de Recursos	151
5.4. Inadmissibilidade do Recurso Especial	153
6. Reflexos da Reforma na Legislação Processual Civil	157
7. Conclusões	163
Bibliografia	171